

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.721.076.003
Preferenciais	0
Total	1.721.076.003
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	1.383.740	1.377.990
1.01	Ativo Circulante	23.964	22.272
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.907	5.653
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.719	6.476
1.01.03	Contas a Receber	7.996	7.464
1.01.03.01	Clientes	7.739	7.163
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	257	301
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.161	725
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.161	725
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.743	1.505
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	438	449
1.01.08.03	Outros	438	449
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	182	178
1.01.08.03.02	Outros créditos	256	271
1.02	Ativo Não Circulante	1.359.776	1.355.718
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	167.795	160.693
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.182	13.330
1.02.01.04	Contas a Receber	10	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	10	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	151.373	143.829
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151.373	143.829
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	937	1.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.293	2.294
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	2.293	2.294
1.02.03	Imobilizado	4.439	4.778
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.812	1.946
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.627	2.832
1.02.04	Intangível	1.187.542	1.190.247
1.02.04.01	Intangíveis	1.187.542	1.190.247
1.02.04.01.02	Intangível	1.166.748	1.153.584
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	20.794	36.663

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	1.383.740	1.377.990
2.01	Passivo Circulante	108.543	110.794
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.041	3.279
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.041	3.279
2.01.02	Fornecedores	8.789	13.834
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.789	13.834
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.870	2.143
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	985	1.024
2.01.03.01.02	IRRF	60	47
2.01.03.01.03	PIS	93	99
2.01.03.01.04	COFINS	430	455
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	402	423
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	885	1.119
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.936	50.318
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.830	41.110
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.830	41.110
2.01.04.02	Debêntures	12.106	9.208
2.01.05	Outras Obrigações	9.580	13.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.234	950
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	236	92
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	998	858
2.01.05.02	Outros	8.346	12.873
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.453	4.988
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	303	297
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	640	5.666
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar	1.950	1.922
2.01.06	Provisões	32.327	27.397
2.01.06.02	Outras Provisões	32.327	27.397
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	32.327	27.397
2.02	Passivo Não Circulante	469.950	455.505
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	359.678	369.848
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	208.263	220.517
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	208.263	220.517
2.02.01.02	Debêntures	151.415	149.331
2.02.02	Outras Obrigações	59.209	38.630
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	58.252	37.531
2.02.02.02	Outros	957	1.099
2.02.02.02.04	Arrendamento Mercantil a pagar	771	1.005
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	186	94
2.02.04	Provisões	51.063	47.027
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.107	27.280
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.187	1.918
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	245	252
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	24.675	25.110
2.02.04.02	Outras Provisões	23.956	19.747
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	23.956	19.747

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03	Patrimônio Líquido	805.247	811.691
2.03.01	Capital Social Realizado	1.094.734	1.086.534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-289.487	-274.843

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	58.834	53.107
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-67.736	-59.695
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-67.736	-59.695
3.03	Resultado Bruto	-8.902	-6.588
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.547	-3.867
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.547	-3.867
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.459	-3.470
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-88	-397
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.449	-10.455
3.06	Resultado Financeiro	-10.739	-12.668
3.06.01	Receitas Financeiras	565	253
3.06.01.01	Receitas Financeiras	565	253
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.304	-12.921
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-11.304	-12.921
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22.188	-23.123
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.544	0
3.08.02	Diferido	7.544	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.644	-23.123
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.644	-23.123
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00850	0,01420
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00850	0,01420

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.644	-23.123
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.644	-23.123

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.362	13.041
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	24.027	22.950
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-14.644	-23.123
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	0	10
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-7.544	0
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-122	-159
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	4.933	6.721
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	4.541	4.507
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de mútuos e debêntures privadas	612	0
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	937	773
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	11.873	11.166
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	23.409	22.295
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	32	760
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.899	-8.791
6.01.02.01	Contas a Receber	-586	-1.305
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	44	-48
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	65	-18
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-356	-60
6.01.02.06	Pagamento de juros	-4.410	-8.594
6.01.02.07	Outros Créditos	15	55
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	1	14
6.01.02.11	Fornecedores	2.755	-246
6.01.02.12	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	-255	-112
6.01.02.13	Cauções Contratuais	290	1.019
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-238	116
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	-61	330
6.01.02.18	Credores pela Concessão / Taxa de Fiscalização	6	7
6.01.02.19	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-205	528
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-4.964	-477
6.01.03	Outros	-766	-1.118
6.01.03.01	Outros Valores Pagos	-766	-1.118
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-34.232	-29.729
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	0	-25
6.02.02	Adições ao Intangível	-30.179	-31.241
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-63	-59
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	253	2.800
6.02.05	Aplicação Financeira	-4.243	-1.204
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	15.124	20.907
6.03.01	Risco sacado captação	734	5.362
6.03.02	Risco sacado pagamento	-474	-6.857
6.03.04	Pagamentos empréstimo - principal	-13.536	-9.598
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	20.200	0
6.03.20	Aumento de Capital / Devolução	8.200	32.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.746	4.219

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.653	5.378
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.907	9.597

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.086.534	0	0	-274.843	0	811.691
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.086.534	0	0	-274.843	0	811.691
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.200	0	0	0	0	8.200
5.04.01	Aumentos de Capital	8.200	0	0	0	0	8.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.644	0	-14.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.644	0	-14.644
5.07	Saldos Finais	1.094.734	0	0	-289.487	0	805.247

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	32.000	0	0	0	0	32.000
5.04.01	Aumentos de Capital	32.000	0	0	0	0	32.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.123	0	-23.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.123	0	-23.123
5.07	Saldos Finais	1.065.034	0	0	-244.384	0	820.650

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	62.618	56.793
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.495	43.670
7.01.02	Outras Receitas	19.123	13.123
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	18.858	12.929
7.01.02.02	Outras	265	194
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.880	-36.673
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.958	-7.604
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.180	-2.142
7.02.04	Outros	-32.742	-26.927
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-18.858	-12.929
7.02.04.02	Custo da Concessão	-1.574	-1.529
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-11.873	-11.166
7.02.04.04	Outros	-437	-1.303
7.03	Valor Adicionado Bruto	19.738	20.120
7.04	Retenções	-23.409	-22.295
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.409	-22.295
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.671	-2.175
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.164	782
7.06.02	Receitas Financeiras	565	253
7.06.03	Outros	599	529
7.06.03.03	Juros capitalizados	599	529
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.507	-1.393
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.507	-1.393
7.08.01	Pessoal	4.031	4.552
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.877	3.437
7.08.01.02	Benefícios	997	841
7.08.01.03	F.G.T.S.	157	274
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.816	3.442
7.08.02.01	Federais	-5.999	1.241
7.08.02.03	Municipais	2.183	2.201
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.310	13.736
7.08.03.01	Juros	9.474	11.228
7.08.03.02	Aluguéis	40	43
7.08.03.03	Outras	1.796	2.465
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	170	174
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	429	355
7.08.03.03.04	Outras - Despesas Financeiras	1.197	1.936
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.644	-23.123
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.644	-23.123
7.08.05	Outros	612	0
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	612	0

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 18 de junho de 2020 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2020, período encerrado em 31 de março de 2020. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 1T20 foi de 6.691 milhões de veículos, 5% abaixo do realizado no 4T19. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio, receitas de obras e receitas acessórias. A receita bruta de pedágio registrou redução de 0,4% em relação a igual período do ano anterior, passando de R\$43,7 milhões no 1T19 para R\$43,5 milhões no 1T20, permanecendo em linha. Vale ressaltar que no ano de 2019 não ocorreu reajuste da tarifa, o qual ocorre no mês de dezembro de cada ano, e até a publicação deste relatório, não houve parecer final do órgão regulador.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$18,9 milhões, sendo R\$5,9 milhões maior que o 1T19. O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma, que previa maior volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.
- As receitas acessórias são oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio da rodovia concessionada. No 1T20 essas receitas registraram um montante de R\$207 mil, aumento de 11% na comparação com o 1T19, isso se deve a formalização novos contratos e reajuste dos atuais.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 1T20 registraram aumento de R\$252 mil se comparados ao 1T19. Esse aumento se deve principalmente a maiores custos com conservação da camada de revestimento vegetal e limpeza da faixa de domínio, maiores custos com conservação de pavimento, aumento dos custos com manutenções de equipamentos da rodovia.
- As despesas administrativas no 1T20 apresentaram redução de R\$972 mil se comparados ao 1T19, devido principalmente a variações com contingências. De acordo com ICPC01, no 1T20 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$18,9 milhões, representando

Comentário do Desempenho



acréscimo de R\$5,9 milhões, 45,9% se comparado com o 1T19. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.

- A provisão para manutenção no 1T20 aumentou R\$707 mil em relação ao 1T19. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão no período. Na comparação com o 4T19, registramos acréscimo de R\$7,2 milhões, representando 155% de aumento.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 1T20 em R\$12 milhões, 1% de aumento frente aos R\$11,8 milhões registrados no 1T19, ficando em linha.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 1T20 R\$827 mil maior em relação ao 1T19. Esse acréscimo é resultado da variação da provisão de manutenção.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 1T20 o resultado financeiro fechou 15,2% menor na comparação com o 1T19. Essa variação se deve a redução das taxas de juros e indexadores dos contratos de empréstimos, tais como TJLP para empréstimo BNDES e IPCA para Segunda Emissão de Debêntures.

Prejuízo

- No 1T20 a Empresa apurou prejuízo de R\$14,6 milhões ante prejuízo de R\$23 milhões no 1T19. Essa redução do prejuízo está relacionada principalmente aos impostos diferidos não constituídos durante os períodos do 1T19 até o 3T19.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 1T20 com endividamento bruto de terceiros de R\$414 milhões, apresentando redução de 7,2% se comparado ao 1T19, devido às amortizações ocorridas nos últimos 12 meses e redução das taxas de juros. O endividamento líquido no 1T20 reduziu R\$34 milhões em relação ao 1T19.

Investimentos

- No 1T20 foram investidos R\$30,2 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Pavimento;
- (ii) Sinalização horizontal;
- (iii) Elementos de proteção e segurança;
- (iv) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (v) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;

Comentário do Desempenho



(vi) Implantação de terceiras faixas em SC.

A Sociedade estima, em 31 de março de 2020, o montante de R\$161.186 (R\$46.650 em 31 de dezembro de 2019) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$253.139 (R\$272.697 em 31 de dezembro de 2019) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Covid-19

Apesar do impacto limitado dentro do 1T20, a crise iniciada pela pandemia do Covid-19 demonstrou os primeiros impactos nos números do tráfego pedagiado, e conseqüentemente, foi prontamente abordada pela administração da Arteris a fim de ter os seus efeitos mitigados. A seguir são apresentadas as principais medidas adotadas tanto no âmbito operacional quanto no financeiro. Além disso, também está sendo apresentado o efeito no tráfego sofrido dentro do 1T20:

- Criação de um Comitê para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- Adoção de home office para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- Adoção de rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de home office, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- Reunião diária da Diretoria para debater sobre o tema e acompanhamento dos principais desdobramentos operacionais, financeiros e regulatórios;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro do escritório da Sociedade;
- Campanhas de comunicação para conscientização da prevenção, de acordo com orientações das autoridades.

Composição Tráfego - Comercial & Passeio (Veículos Equivalentes)	Var%	Var%
	18 a 31 de março 2020 X 18 a 31 de março 2019	1T20 X 1T19
Planalto Sul	-22,2%	-0,4%
Comercial	-13,1%	2,0%
Passeio	-45,5%	-5,8%

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T20	4T19	1T19	Var% 1T20/4T19	Var% 1T20/1T19
Planalto Sul	6.691	7.046	6.717	-5,0%	-0,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T20	4T19	1T19	Var% 1T20/4T19	Var% 1T20/1T19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	62.560	72.604	56.785	-13,8%	10,2%
Receitas de pedágio	43.495	45.803	43.670	-5,0%	-0,4%
Receitas de obras	18.858	26.515	12.929	-28,9%	45,9%
Receitas acessórias	207	286	186	-27,6%	11,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.726)	(3.969)	(3.678)	-6,1%	1,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	58.834	68.635	53.107	-14,3%	10,8%
CUSTOS E DESPESAS	(46.874)	(63.551)	(41.267)	-26,2%	13,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.726)	(13.929)	(13.474)	-1,5%	1,9%
Custo dos serv. de construção	(18.858)	(26.515)	(12.929)	-28,9%	45,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.329)	(17.952)	(3.301)	-87,0%	-29,4%
Remuneração da administração	(146)	(556)	(401)	-73,7%	-63,6%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(11.873)	(4.648)	(11.166)	155,4%	6,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	58	49	4	18,4%	1350,0%
EBITDA¹	11.960	5.084	11.840	135,2%	1,0%
Margem EBITDA	29,9%	12,1%	22,3%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	(23.409)	(22.892)	(22.295)	2,3%	5,0%
Depreciação de imobilizado	(134)	(135)	(134)	-0,7%	0,0%
Amortização do intangível	(22.183)	(21.692)	(20.990)	2,3%	5,7%
Amortização do diferido	-	-	(104)	-	-
Amortização do direito de uso	(1.092)	(1.065)	(1.067)	2,5%	2,3%
RESULTADO FINANCEIRO	(10.739)	(10.946)	(12.668)	-1,9%	-15,2%
Receitas financeiras	318	435	253	-26,9%	25,7%
Despesas financeiras	(11.057)	(11.381)	(12.921)	-2,8%	-14,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(22.188)	(28.754)	(23.123)	-22,8%	-4,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.544	30.304	-	-75,1%	-
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	7.544	30.304	-	-75,1%	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.644)	1.550	(23.123)	-1044,8%	-36,7%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T20	4T19	1T19	Var% 1T20/4T19	Var% 1T20/1T19
EBITDA¹	11.960	5.084	11.840	135,2%	1,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	11.873	4.648	11.166	155,4%	6,3%
EBITDA Ajustado²	23.833	9.732	23.006	144,9%	3,6%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites](#)

Comentário do Desempenho



ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040, bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a holding não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

No trimestre findo em 31 de março de 2020 não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Diante da pandemia, o BNDES aprovou, em março de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata, dentre as quais, o *Standstill*, uma suspensão temporária por prazo de até seis meses de todo o serviço da dívida de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta, com o objetivo de dar folego financeiro às companhias em um período de retração de receitas e dificuldades de obtenção de novas linhas de crédito, conforme demonstrado na nota 29 de Eventos Subsequentes.

Estão elegíveis a aderir à medida apenas as companhias que estejam em dia com todas as obrigações contratuais decorrentes dos contratos com o BNDES. Uma vez elegível a aderir a medida, as companhias devem formalizar seu pedido de adesão junto ao BNDES, a formalização dessa adesão será objeto de assinatura de aditivo contratual.

A Sociedade foi considerada elegível e teve seu pedido de adesão aceito pelo BNDES. A partir de 15 de abril de 2020, já não efetuaram o pagamento de parcela de principal e juros, e assim se sucederá até 15 de setembro de 2020, voltando o pagamento ao normal a partir de 15 de outubro de 2020 inclusive. Todas as parcelas não pagas durante o período de vigência do *Standstill* serão incorporadas no saldo devedor a cada evento, o qual será exigido nos termos e prazos dos contratos vigentes.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iii) Medida Provisória nº 927/2020.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- (i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente).
- (ii) Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduziu as alíquotas aplicáveis ao das contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema “S”), até 30 de junho de 2020.
- (iii) Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: *a)* diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamento parcelados, conforme estabelece o artigo 20 do referido diploma normativo; *b)* antecipação de férias individuais; *c)* postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e *d)* a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º).

A Sociedade adotou estes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS, redução das alíquotas do sistema “S” na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades, concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, até o momento não adotadas, como por exemplo aquelas previstas no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Medida Provisória nº 936/2020).

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (última demonstração financeira anual). As demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração financeira anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Diretoria em 18 de junho de 2020.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários, bem como suas debêntures conforme os prazos divulgados nas notas explicativas 14 e 15.

A Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$14.644 para o período findo em 31 de março de 2020 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$84.579 (R\$88.522 em 31 de dezembro de 2019). No entanto a Sociedade adquiriu novos contratos de empréstimos e financiamentos conforme demonstrados na nota explicativa 29 de Eventos Subsequentes.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

Notas Explicativas

A Administração reconhece que existe a possibilidade de uma certa incerteza sobre a capacidade da Sociedade para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para refinarçar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Sociedade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração financeira anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Informações contábeis intermediárias.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Reapresentação do fluxo de caixa em 31 de março de 2019.

Reapresentação de valores correspondentes

(a) Adequação de classificação - IAS 7 (CPC 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de Aplicações Financeiras todo e qualquer título de investimento diferente de “LFT e CDB”, sendo estes “Letra Financeira, NTN, LTN e outros”, que estavam classificados na rubrica Caixa e equivalentes de caixa nas suas demonstrações contábeis. A melhor classificação nas respectivas rubricas foi efetuada reapresentando cada um dos valores nas demonstrações contábeis afetadas em períodos anteriores.

Os impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2019, são como segue:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	Originalmente Apresentada 31.03.2019	Reclassificação	Reapresentado 31.03.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	(23.123)		(23.123)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	22.295		22.295
Baixa de ativos permanentes	10		10
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(159)		(159)
Juros e variações monetárias de empréstimos	6.721		6.721
Juros e variações monetárias de debêntures	4.507		4.507
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	773		773
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	760		760
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	11.166		11.166
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(1.305)		(1.305)
Contas a receber - partes relacionadas	(48)		(48)
Despesas antecipadas	(18)		(18)
Impostos a recuperar	(60)		(60)
Outros créditos	55		55
Depósitos judiciais	14		14
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	(246)		(246)
Fornecedores - partes relacionadas	(112)		(112)
Cauções contratuais de fornecedores	1.019		1.019
Direito de uso pagos	(1.118)		(1.118)
Obrigações sociais	116		116
Obrigações fiscais	330		330
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	528		528
Taxa de Fiscalização	7		7
Custo de transação - empréstimo	72		72
Pagamento de juros	(8.594)		(8.594)
Outras contas a pagar	(549)		(549)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	13.041	-	13.041
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(25)		(25)
Aquisições de itens do intangível	(31.241)		(31.241)
Aplicação financeira vinculada	(59)		(59)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.800		2.800
Aplicação Financeira	-	(1.204)	(1.204)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(28.525)	(1.204)	(29.729)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	-		5.362
Pagamento risco sacado	(1.495)		(6.857)
Pagamento empréstimos – principal	(9.598)		(9.598)
Aumento de Capital	32.000		32.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	20.907	-	20.907
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.423	(1.204)	4.219
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO - REAPRESENTADO	7.086	(1.708)	5.378
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO - REAPRESENTADO	12.509	(2.912)	9.597

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam *covenants* financeiros.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e contas bancárias	1.144	1.646
Aplicações financeiras	763	4.007
Total	1.907	5.653

<u>Aplicação financeira</u>	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Fundos de investimentos	10.719	6.476
Total	10.719	6.476

Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 90,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,1% em 31 de dezembro de 2019). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2020</u>		<u>31.12.2019</u>
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Pedágio eletrônico a receber	7.134	-	6.652
Cupons de pedágio a receber	254	-	222
Cartões de pedágio a receber	96	-	78
Receitas acessórias a receber	227	10	212
Outras receitas a receber	28	-	(1)
Total	7.739	10	7.163

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019 é como segue:

	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.188)	(23.123)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.544	7.862
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Total	<u>7.544</u>	<u>7.862</u>
Impostos diferidos não constituídos	-	7.862
Imposto contabilizado	7.544	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>7.544</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	377.746	364.940
Provisão de participação nos lucros	1.100	1.040
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	27.107	27.280
Outras provisões	574	558
Provisão para manutenção de rodovias	56.283	47.144
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	241	241
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(19)	-
Estorno de capitalização de juros	62	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>463.094</u>	<u>441.203</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>157.452</u>	<u>150.009</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(1)	(2)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	7.266	6.920
Estorno de capitalização de juros	-	66
Amortização estorno de capitalização de juros	-	(18)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(17.878)</u>	<u>(18.177)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(6.079)</u>	<u>(6.180)</u>
Total	<u>151.373</u>	<u>143.829</u>

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Prejuízo fiscal	12.806	-
Provisão de participação nos lucros	60	-
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(173)	-
Outras provisões	15	-
Provisão para manutenção de rodovias	9.139	-
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	1	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	346	-
Estorno de capitalização de juros	(4)	-
Amortização estorno de capitalização de juros	(1)	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>22.189</u>	<u>-</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u><u>7.544</u></u>	<u><u>-</u></u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2022	25.307
2023	18.929
2024	18.929
Após 2025	94.287
	<u><u>157.452</u></u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permanecerá até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passará para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2020 o saldo é de R\$13.182 (R\$13.330 em 31 de dezembro de 2019), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 91,3% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2019	3.152	2.364	423	459	193	232	179	7.002
Adições	693	71	-	-	27	-	96	887
Saldo em 31.03.2020	3.845	2.435	423	459	220	232	275	7.889
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2019	(2.492)	(788)	(282)	(167)	(151)	(111)	(179)	(4.170)
Amortização	(660)	(206)	(70)	(42)	(38)	(28)	(48)	(1.092)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2020	(3.152)	(994)	(352)	(209)	(189)	(139)	(227)	(5.262)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2019	660	1.576	141	292	42	121	-	2.832
Saldo em 31.03.2020	693	1.441	71	250	31	93	48	2.627
Taxas de amortização - a.a.	100%	66%	100%	73%	100%	96%	100%	
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição Inicial	629	2.364	537	450	150	224	179	4.533
Saldo em 31.03.2019	629	2.364	537	450	150	224	179	4.533
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(629)	(197)	(89)	(41)	(39)	(27)	(45)	(1.067)
Saldo em 31.03.2019	(629)	(197)	(89)	(41)	(39)	(27)	(45)	(1.067)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	-	2.167	448	409	111	197	134	3.466
Taxas de amortização - a.a.	100%	33%	67%	36%	72%	48%	100%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Refere-se a locação de cofre.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2019	496	1.275	606	1.048	1.288	73	-	4.786
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2020	496	1.275	606	1.048	1.288	73	-	4.786
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2019	(389)	(715)	(365)	(595)	(768)	(8)	-	(2.840)
Depreciações	(9)	(43)	(30)	(26)	(26)	-	-	(134)
Saldo em 31.03.2020	(398)	(758)	(395)	(621)	(794)	(8)	-	(2.974)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2019	107	560	241	453	520	65	-	1.946
Saldo em 31.03.2020	98	517	211	427	494	65	-	1.812
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	-	-

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2018	471	1.261	606	955	1.273	73	107	4.746
Adições	4	-	-	-	19	-	2	25
Alienações/baixas	(4)	(5)	-	-	-	-	-	(9)
Saldo em 31.03.2019	471	1.256	606	955	1.292	73	109	4.762
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2018	(360)	(535)	(244)	(497)	(665)	(8)	-	(2.309)
Depreciações	(8)	(47)	(29)	(23)	(27)	-	-	(134)
Alienações/baixas	3	-	-	-	-	-	-	3
Saldo em 31.03.2019	(365)	(582)	(273)	(520)	(692)	(8)	-	(2.440)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2018	111	726	362	458	608	65	107	2.437
Saldo em 31.03.2019	106	674	333	435	600	65	109	2.322
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	-	-

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.519.471	1.440	-	1.520.911	36.663	1.557.574
Adições	8.687	20	146	8.853	10.625	19.478
Transferências/reclassificações	26.640	-	(146)	26.494	(26.494)	-
Saldo em 31.03.2020	1.554.798	1.460	-	1.556.258	20.794	1.577.052
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(366.120)	(1.207)	-	(367.327)	-	(367.327)
Amortizações	(22.175)	(8)	-	(22.183)	-	(22.183)
Saldo em 31.03.2020	(388.295)	(1.215)	-	(389.510)	-	(389.510)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.153.351	233	-	1.153.584	36.663	1.190.247
Saldo em 31.03.2020	1.166.503	245	-	1.166.748	20.794	1.187.542
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2018	1.463.867	1.244	-	1.465.111	16.968	1.482.079
Adições	6.341	-	141	6.482	7.117	13.599
Transferências/reclassificações	3.299	-	-	3.299	(3.299)	-
Alienações/baixas	(4)	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31.03.2019	1.473.503	1.244	141	1.474.888	20.786	1.495.674
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(281.117)	(1.102)	-	(282.219)	-	(282.219)
Amortizações	(20.933)	(57)	-	(20.990)	-	(20.990)
Saldo em 31.03.2019	(302.050)	(1.159)	-	(303.209)	-	(303.209)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	1.182.750	142	-	1.182.892	16.968	1.199.860
Saldo em 31.03.2019	1.171.453	85	141	1.171.679	20.786	1.192.465
Taxas de amortização - a.a. (c)	7%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 31 de março de 2020, a Sociedade capitalizou o montante de R\$599 (R\$529 em 31 de março de 2019) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2020 foi de 0,50% e em 2019 0,49% %, do total de juros provisionados no período, vide nota 12.

Notas Explicativas**12. FINANCIAMENTOS**

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2020	31.12.2019
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	192.176	199.973
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	37.714	38.739
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações	19.729	23.744
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	286	294
Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	506	245
				250.411	262.995
Custo de transação				(1.318)	(1.368)
Total Geral				249.093	261.627
Circulante				40.830	41.110
Não circulante				208.263	220.517
Total				249.093	261.627

Estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	41.111	221.884	262.995	42.904	258.661	301.565
Captações/Renovações	734	-	734	5.362	-	5.362
Juros provisionados	5.103	-	5.103	6.895	-	6.895
Amortização de principal	(14.010)	-	(14.010)	(16.455)	-	(16.455)
Pagamento de juros	(4.410)	-	(4.410)	(8.594)	-	(8.594)
Transferência	12.254	(12.254)	-	10.384	(10.384)	-
AVP/Risco sacado	(1)	-	(1)	19	-	19
	40.781	209.630	250.411	40.515	248.277	288.792
Custo de transação	49	(1.367)	(1.318)	(202)	(1.317)	(1.519)
Saldo final	40.830	208.263	249.093	40.313	246.960	287.273

Em 31 de março de 2020, o saldo de R\$506 (R\$245 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$12.000 e taxa média de 0,84% ao mês.

Em 31 de março de 2020 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	42.281
2022	45.313
2023	48.577
2024	39.582
Após 2025	33.877
	209.630

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
 - ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
 - iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.
- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

Em 31 de março de 2020 a Sociedade apresentou os seguintes índices:

- ICSD – 1,19
- Saldo Devedor/Receita Bruta – 0,00%
- Patrimônio Líquido/Passivo Total – 57,69%

Apesar de ter apresentado índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD inferior a 1,3, a Sociedade não realizou nenhuma ação que caracterizasse descumprimento contratual conforme demonstrado acima.

Notas Explicativas

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2020	31.12.2019
2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	164.348	159.378
				<u>164.348</u>	<u>159.378</u>
			Custo de transação	(827)	(839)
			Total	<u>163.521</u>	<u>158.539</u>
			Circulante	12.106	9.208
			Não circulante	<u>151.415</u>	<u>149.331</u>
			Total	163.521	158.539

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2020			31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	9.348	150.030	159.378	1.807	153.289	155.096
Juros provisionados	-	4.970	4.970	-	4.862	4.862
Transferências	<u>2.902</u>	<u>(2.902)</u>	-	<u>1.840</u>	<u>(1.840)</u>	-
	<u>12.250</u>	<u>152.098</u>	<u>164.348</u>	<u>3.647</u>	<u>156.311</u>	<u>159.958</u>
Custo de transação	(144)	(683)	(827)	(136)	(783)	(919)
Saldo final	<u>12.106</u>	<u>151.415</u>	<u>163.521</u>	<u>3.511</u>	<u>155.528</u>	<u>159.039</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª Emissão - Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		<u>100.000</u>			<u>106.845</u>

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de março de 2020, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2021	15.745
2022	23.861
2023	32.627
2024	42.691
Após 2025	<u>37.174</u>
	<u>152.098</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A escritura da 2ª emissão da Sociedade possuem as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos, apresentando, portanto, os mesmos índices descritos na referida Nota Explicativa. Em 31 de março de 2020 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas na escritura da 2ª emissão de debêntures.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de debêntures privada, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2020, o saldo de R\$8.789 (R\$13.834 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.453 (R\$4.988 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. - controladora	-	2
Régis Bittencourt S.A. (a)	193	118
Litoral Sul S.A. (a)	64	181
Total do ativo circulante	257	301
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (a)	998	858
Régis Bittencourt S.A. (a)	173	25
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	63	67
Total do passivo circulante	1.234	950
<u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (c)	58.252	37.531
Total do passivo não circulante	58.252	37.531

	<u>31.03.2020</u>		<u>31.03.2019</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas financeiras (c)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>			
Arteris S.A.	(612)	(1.096)	(1.085)
Total	(612)	(1.096)	(1.085)

Notas Explicativas

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, vigência de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.
- (c) Decorrentes da 5ª e 6ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019 e 05 de fevereiro de 2020, respectivamente. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de março de 2020 no valor de R\$220 (R\$211 em 31 de março de 2019), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2020, a Sociedade reconheceu o montante de R\$78 a título de remuneração de seus administradores, incluídos os encargos, adicionado de R\$68 relativo ao rateio da “ *Holding* ”, que totalizam R\$146 (R\$401, em 31 de março de 2019), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	1.922	1.005	2.927
Adições	887	-	887
Utilizações	(1.149)	-	(1.149)
Ajuste a valor presente	56	-	56
Transferências	234	(234)	-
Saldo em 31.03.2020	<u>1.950</u>	<u>771</u>	<u>2.721</u>
	31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2018	-	-	-
Adições	2.605	1.928	4.533
Utilizações	(1.118)	-	(1.118)
Ajuste a valor presente	85	-	85
Saldo em 31.03.2019	<u>1.572</u>	<u>1.928</u>	<u>3.500</u>

Em 31 de março de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	<u>771</u>
	<u>771</u>

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2020, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.03.2020		31.12.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Imóveis	36	-	25	-
	36	-	25	-

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2020, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$766.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2020 e dezembro de 2019, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.100 e R\$1.040.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o período findo em 31 de março de 2020 e de 2019 é conforme segue:

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2020
Cíveis	252	29	(29)	(7)	245
Trabalhistas	1.918	470	(3)	(198)	2.187
Regulatório	25.110	(435)	-	-	24.675
Total	27.280	64	(32)	(205)	27.107
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2019
Cíveis	411	298	-	3	712
Trabalhistas	1.859	462	(860)	525	1.986
Regulatório	11.018	914	(54)	-	11.878
Total	13.288	1.674	(914)	528	14.576

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

31 de março de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R\$24.673 (R\$25.110 em 31 de dezembro de 2019). As novas adições relativas ao ano de 2019 referem-se a processos em que é provável a aplicação do conceito da Continuidade Delitiva. A Sociedade, a partir do ano de 2018, vêm adotando em suas tratativas junto ao órgão regulador essa modalidade, a Continuidade Delitiva, onde, quando da ocorrência de aplicação de diversas penalidades da mesma natureza em um mesmo ato de fiscalização, essas penalidades adicionais à primeira aplicada são canceladas através do pagamento de apenas um dos processos relativos a infração cometida, quando não há mais discussão do mérito. Diante da possibilidade de aplicação desse conceito pela ANTT e considerando a possibilidade de pagamento de certas penalidades com o correspondente cancelamento de um determinado número de outras penalidades, a Sociedade avaliou e com base em seu melhor julgamento e estimativa fez o provisionamento de tais processos. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$39.475 (R\$40.107 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de março de 2020 representam o montante de R\$2.936 (R\$2.736 em 31 de dezembro de 2019).

Os depósitos judiciais no montante de R\$2.293 (R\$2.294 em 31 de dezembro de 2019), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$1.048 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2019	27.397	19.747	47.144
Adições/Reversões	4.199	7.674	11.873
Utilizações	(3.616)	-	(3.616)
Ajuste a valor presente	517	365	882
Transferências	3.830	(3.830)	-
Saldo em 31.03.2020	32.327	23.956	56.283
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2018	21.119	17.976	39.095
Adições/Reversões	-	11.166	11.166
Utilizações	(11.115)	-	(11.115)
Ajuste a valor presente	-	669	669
Transferências	9.755	(9.755)	-
Saldo em 31.03.2019	19.759	20.056	39.815

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2020 referentes às manutenções realizadas foram de R\$3.398 (R\$6.719 em 31 de março de 2019).

Notas Explicativas**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2020 é de R\$1.128.034, compostos por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.094.734 que representa 1.656.659.368 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.128.034, compostos por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$1.086.534 que representava 1.639.924.675 ações. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
21.01.2019	AGE*	Dinheiro	120.754.717	64.000	-
19.07.2019	AGE**	Dinheiro	61.224.490	30.000	-
20.01.2020	AGE**	Dinheiro	-	-	500
05.02.2020	AGE**	Dinheiro	-	-	200
20.02.2020	AGE**	Dinheiro	-	-	7.500
			181.979.207	94.000	8.200

(*) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 2019.

(**) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2019.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	31.03.2020	31.03.2019
Receita de serviços prestados	43.495	43.670
Receita de serviços de construção	18.858	12.929
Outras receitas	207	186
Receita bruta	62.560	56.785
ISSQN	(2.180)	(2.191)
PIS	(271)	(265)
COFINS	(1.251)	(1.221)
Outras deduções	(24)	(1)
Receita líquida	58.834	53.107

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Custos:		
Com pessoal	(2.628)	(2.751)
Serviços de terceiros	(4.486)	(4.140)
Conservação	(3.473)	(3.475)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(378)	(280)
Consumo	(761)	(736)
Transportes	(391)	(402)
Verba de fiscalização	(909)	(880)
Seguros / Garantias	(418)	(406)
Provisão de manutenção em rodovias	(11.873)	(11.166)
Custos de serviços da construção	(18.858)	(12.929)
Depreciação / Amortização	(23.279)	(22.126)
Outros	(282)	(404)
Total	<u>(67.736)</u>	<u>(59.695)</u>
	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Despesas Gerais e Administrativas:		
Com pessoal	(1.257)	(1.403)
Serviços de terceiros	(378)	(479)
Manutenção de bens e conservação	(184)	(121)
Consumo	(108)	(94)
Transportes	(11)	(23)
Seguros/Garantias	(4)	(4)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(32)	(760)
Comunicação e marketing	(23)	(67)
Indenizações à terceiros	-	(9)
Publicações legais	(153)	(120)
Depreciação / Amortização	(130)	(169)
Outros	(179)	(221)
Total	<u>(2.459)</u>	<u>(3.470)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	203	248
Créditos fiscais	362	5
Total	<u>565</u>	<u>253</u>
	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(10.086)	(11.228)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(937)	(773)
Outras despesas	(281)	(920)
Total	<u>(11.304)</u>	<u>(12.921)</u>

(*) Do total de R\$10.685 referente a juros de financiamentos, o valor de R\$599 foi capitalizado e reconhecido como adição de intangível no fluxo de caixa

Notas Explicativas**23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
Total das adições de intangível, intangível em andamento e imobilizado	19.478	13.624
Juros capitalizados - financiamentos	(170)	(174)
Juros capitalizados - debêntures	(429)	(355)
	<u>18.879</u>	<u>13.095</u>
Aquisição (adições)	(18.879)	(13.095)
Fornecedores	(8.187)	(5.125)
Obrigações fiscais	(211)	(1.065)
Contas a pagar - partes relacionadas	539	43
Cauções contratuais	175	(909)
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(3.616)	(11.115)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(30.179)</u>	<u>(31.266)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período , que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(11.300)	(18.171)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.03.2020</u>	<u>31.03.2019</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(14.644)	(23.123)
Número de ações durante período (*)	1.721.076	1.631.675
Prejuízo por ação	<u>(0,0085)</u>	<u>(0,0142)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2020		31.12.2019	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Nível 1	1	1.907	1.907	5.653	5.653
Aplicação Financeira	Nível 2	1	10.719	10.719	6.476	6.476
Contas a receber clientes	Nível 1	2	7.739	7.739	7.163	7.163
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	257	257	301	301
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	13.182	13.182	13.330	13.330
Outros Créditos	Nível 1	2	448	448	449	449
			<u>34.252</u>	<u>34.252</u>	<u>33.372</u>	<u>33.372</u>
Passivo						
Financiamentos (**)	Nível 2	2	248.589	248.589	261.382	261.382
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	504	504	245	245
Debêntures privada - partes relacionadas	Nível 2	2	58.252	58.252	37.531	37.531
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	1.234	1.234	950	950
Debêntures	Nível 2	2	164.348	174.995	159.378	176.810
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	2	14.242	14.242	18.822	18.822
Taxa de fiscalização	Nível 1	2	303	303	297	297
Outras contas a pagar	Nível 1	2	640	640	5.666	5.666
			<u>488.112</u>	<u>498.759</u>	<u>484.271</u>	<u>501.703</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	4,75%	5,94%	7,13%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(3.377)	(4.076)	(4.774)
Receita de aplicações financeiras	1.153	1.441	1.729
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(2.224)	(2.635)	(3.045)
TJLP	5,09%	6,36%	7,64%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(18.014)	(21.019)	(24.024)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(18.014)	(21.019)	(24.024)
IPCA	3,50%	4,38%	5,25%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(20.875)	(22.608)	(24.340)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(20.875)	(22.608)	(24.340)
Juros a incorrer líquido	(41.113)	(46.262)	(51.409)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 3 de abril de 2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Risco de crédito

Em 31 de março de 2020 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$7.134 (R\$6.652 em 31 de dezembro de 2019) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
BNDES Automático	9,43%	9.258	55.339	45.313	48.577	90.101	248.588
Capital de giro	10,47%	504	-	-	-	-	504
Debentures - Partes relacionadas	4,65%	-	58.252	-	-	-	58.252
Debêntures - IPCA	9,87%	12.251	15.745	23.861	32.627	79.864	164.348
Fornecedores e cauções contratuais	-	14.242	-	-	-	-	14.242
Fornecedores partes relacionadas	-	1.234	-	-	-	-	1.234
Outras contas a pagar	-	640	-	-	-	-	640
		<u>38.129</u>	<u>129.336</u>	<u>69.174</u>	<u>81.204</u>	<u>169.965</u>	<u>487.808</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	01.01 a 31.03.2021	Total
BNDES Automático	9,43%	-	-	9.258	13.058	22.316
Capital de giro	10,47%	504	-	-	-	504
Debentures - Partes relacionadas	4,65%	-	-	-	-	-
Debêntures - IPCA	9,87%	-	-	12.251	-	12.251
Fornecedores e cauções contratuais	-	8.789	-	5.453	-	14.242
Fornecedores partes relacionadas	-	1.234	-	-	-	1.234
Outras contas a pagar	-	640	-	-	-	640
		<u>11.167</u>	<u>-</u>	<u>26.962</u>	<u>13.058</u>	<u>51.187</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	71.419

Notas Explicativas

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2020 é de R\$90.556 e dezembro de 2019 de R\$89.614.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Covid-19

A Sociedade esclarece que, dado o cenário atual, é possível que o ritmo de execução das obras possa ser afetado, uma vez que grande parte das empresas prestadoras de serviços também estão em contingência enquanto perdura esse período de crise.

Além disso, ressalta que está envidando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias.

Ressalta ainda, que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas.

Caso a intensidade e duração do cenário de pandemia se intensifique em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, dado o seu acesso a mercados de crédito.

Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado pela Sociedade, foram comparados os veículos equivalentes de dois períodos, sendo o primeiro compreendido entre de 01 a 30 de abril de 2020 e o segundo, entre 01 a 31 de maio de 2020, ambos comparados contra o mesmo período de 2019.

Os resultados foram de redução de 21,8% e 8% respectivamente. Foram comparadas também as receitas pedagiadas destes períodos, sendo que para abril totalizaram R\$11.730 em 2020 e R\$15.002 em 2019, em maio apresentamos um total de R\$13.866 em 2020 contra R\$15.081 de 2019.

A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia.

Debêntures privadas

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
06.04.2020	AGE	2.000
20.04.2020	AGE	4.200
		<u>6.200</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes dos Fluxos de Caixa

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às informações contábeis intermediárias que indica que os valores correspondentes relativos aos fluxos de caixa, em 31 de março de 2019 foram retificados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes, relativos às demonstrações, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de maio de 2019 (exceto para as divulgações incluídas na nota explicativa nº 4 às informações financeiras intermediárias que tratam dos efeitos retrospectivos em 31 de março de 2019, cuja data é 19 de junho de 2020), sem modificação. Os valores correspondentes relativos a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as

Ribeirão Preto, 19 de junho de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2020 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio Negro, 18 de junho de 2020

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Rio Negro, 19 de junho de 2020

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção